



REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Confira as injustiças contra os trabalhadores

Aprovada em dois turnos na Câmara Federal, agora a tramitação da reforma da Previdência (PEC 6/2019)

ocorrerá no Senado. As mudanças nas regras dificultam a aposentadoria, reduzem os valores dos benefícios e aumentam o tempo de contribuição de milhões de brasileiros, sobretudo dos mais pobres.

Veja as 5 maiores maldades da reforma:

1 - Idade mínima dificultará acesso



A reforma extingue a aposentadoria por tempo de contribuição e impõe idade mínima de 62 anos para mulheres e 65 para homens. Assim vai afastar ainda mais a população trabalhadora da previdência. Além disso a reforma exige um tempo mínimo de contribuição de 15 anos para mulheres e 20 anos para homens (aos novos contribuintes).

2 - Trabalhar mais para ganhar menos

As aposentadorias serão calculadas pela média de 100% das contribuições feitas ao



Mande e-mails, tweets e mensagens aos senadores para que **votem contra** essa medida.

longo da vida (atualmente é a média dos 80% maiores salários) multiplicada pelo fator previdenciário. A mudança vai reduzir o valor dos benefícios, impactando na renda das famílias. As regras para ter acesso ao benefício integral da aposentadoria dependerão de contribuição por 35 anos para mulheres e 40 para os homens.

3 - Pensão por morte abaixo do mínimo

A reforma acaba com pensão de 100% do benefício que o segurado que morreu recebia ou teria direito e reduz para 50% mais 10% por dependente. A viúva perderá 10% por dependente que completar 22 anos até chegar nos 60% que receberá enquanto viver. Dessa maneira o benefício poderá ser menor que um salário mínimo.



4 - Aposentadoria por invalidez

O trabalhador que sofrer acidente ou contrair doença fora do trabalho terá direito a apenas 60% do valor da aposentadoria por invalidez, acrescido de 2% para cada ano que exceder 20 anos de contribuição, no caso de homem e 15 anos, se for mulher.



5 - Aposentadoria especial

A reforma estabelece idades mínimas de 55, 58 e 60 anos, que variam de acordo com o grau de risco ao trabalhador, para a aposentadoria especial por trabalho exposto a agente nocivo. O benefício será calculado pela média de todo tempo de contribuições e equipara homens e mulheres.



Participe da MANIFESTAÇÃO no dia 13/8, às 17h, no MASP

Nova política?

Reforma foi aprovada com compra de votos

Contrariando o discurso de Bolsonaro, que criticava a política do toma-lá-dá-cá durante as eleições, a reforma foi aprovada na Câmara com a liberação de bilhões em emendas para “convencer” os deputados

Na véspera da aprovação, o presidente enviou ao Congresso um projeto de lei que garantiu no orçamento federal o valor de R\$ 3 bilhões para que os ministérios cumpram emendas de parlamentares. A ação foi uma forma de garantir a votação.

Agora, o Congresso tem que autorizar a abertura do crédito para que Bolsonaro cumpra o acordo feito com os de-

putados para torná-los favoráveis à proposta da reforma. A liberação de verbas condicionada a um projeto do Executivo é uma prática antiga, chamada de toma-lá-dá-cá, uma barganha no Legislativo.

Em troca de apoarem uma medida impopular, os deputados recebem as emendas que serão usadas em obras e investimentos nos seus redutos eleitorais.

Câmara rejeita mudanças pedidas pela oposição

O plenário da Câmara dos Deputados rejeitou, no dia 7/8, todos os pedidos de alteração feitos pela oposição para a reforma. Durante a sessão de votação dos destaques (sugestões de mudança), os parlamentares recusaram, por exemplo, a retirada do trecho da PEC 6 que prevê pensão inferior ao salário mínimo nos casos em que há acumulação com outras fontes de renda.

Também foi recusada a proposta da oposição sobre o abono salarial. O benefício é pago anualmente a trabalhadores que recebem até dois salários mínimos (R\$ 1.996). O texto da reforma baixa o limite para R\$ 1.364,43.

A luta contra a reforma agora é no Senado. A PEC da reforma (6/2019) foi entregue ao Senado no dia 8/8. O governo quer aprová-la até o início de outubro.



Bolsonaro tira R\$ 1 bi da Educação para aprovar reforma

Para aprovar a reforma da Previdência, o governo de Jair Bolsonaro liberou R\$ 3 bilhões em emendas parlamentares, durante as negociações para conquistar apoio ao projeto. Deste montante, quase R\$ 1 bilhão foi remanejado do orçamento do Ministério da Educação (MEC).

O desvio será regulamentado por um projeto de lei do Executivo, encaminhado na terça-feira (6/8), que irá

garantir o recurso das emendas. O total que sairá do MEC, o principal afetado, é de R\$ 926 milhões.

O dinheiro seria destinado para ações como o apoio à manutenção da educação infantil, concessão de bolsas na educação superior e básica e apoio ao funcionamento de instituições federais de ensino. Como já estamos cansados de saber, Educação não é prioridade para Bolsonaro.